



**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
TRABALHO DE PROJETO**

**A Inovação Social como um Meio de Combate à
Pobreza: o exemplo do Projeto *Celestino***

Orientação: Prof. João Peixoto

Coorientação: Prof. Inês Fonseca Pinto

CAROLINA RAMON DA FONSECA

Outubro, 2023

AGRADECIMENTOS

Para o meu avô, que muito gosto teria tido em ler, rever e corrigir a “tese” da netoquinhas.

Aos meus pais – em especial à minha mãe, por todas as correções que foi fazendo e por ter revisto o texto sempre que lhe pedi – aos meus amigos (em especial ao Buga) e ao Francisco: por me sossegarem e motivarem sempre, e por me mostrarem que todos os momentos da vida são bons, mesmo os mais desafiantes.

Agradeço, por fim, aos meus coorientadores, o Professor João Peixoto e a Professora Inês Pinto, por terem aceitado orientar o meu projeto e por todas as indicações, sugestões e discussões que tanto me ajudaram na idealização e concretização do trabalho e à *Associação Poesia P’ra Todos*, que permitiu que o projeto *Celestino* desse os primeiros passos para saltar das ideias à ação.

RESUMO

Nos últimos 15 anos, acontecimentos como a crise financeira de 2008, a pandemia da COVID-19 e a crise ambiental e climática minaram o progresso na luta contra a pobreza e a desigualdade. Enfrentar o rápido aumento da pobreza global é hoje um dos desafios mais urgentes, especialmente face às novas turbulências que se vivem no panorama internacional, como a guerra na Ucrânia.

Ideias inovadoras e soluções transformadoras para combater a pobreza têm surgido nas últimas décadas, envolvendo não só os governos, mas também a sociedade civil. Este trabalho centra-se numa dessas novas abordagens, a inovação social, enquadrando e explorando este conceito, e utilizando o projeto *Celestino* como um exemplo concreto. O projeto visa combater a exclusão social e promover a reabilitação psicossocial de vinte pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Lisboa, recorrendo a técnicas de arteterapia e escrita criativa de poesia, em colaboração com a comunidade local. O projeto *Celestino* é financiado pelo programa “Solidarity Projects”, da Comissão Europeia, e é uma parceria entre a *Associação Poesia Pr'a Todos* e a *Orientar - Associação de Intervenção para a Mudança*.

Esta dissertação está dividida em duas partes. A primeira, fornece um enquadramento teórico sobre a pobreza, apresentando os números e as estatísticas globais deste fenómeno. Ainda nesta secção são apresentadas três abordagens alternativas para o combate da pobreza: o Rendimento Básico Incondicional, o microfinanciamento e a inovação social. Finalmente, destaca-se o papel das organizações da sociedade civil na luta contra a pobreza.

A segunda parte centra-se no projeto *Celestino*, detalhando a sua estrutura, metodologia, *stakeholders*, objetivos, calendarização, orçamento, entidades implementadoras e potencial de impacto social. O trabalho termina com conclusões baseadas nos temas abordados.

Palavras-chave: Pobreza; Desenvolvimento; Inovação Social; Pessoas em situação de sem-abrigo; Exclusão Social; Arteterapia; Corpo Europeu de Solidariedade; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ABSTRACT

Over the past 15 years, events such as the 2008 financial crisis, the COVID-19 pandemic, and the environmental and climate crisis have undermined progress in the fight against poverty and inequality. Addressing rapidly rising global poverty is now one of the most urgent challenges, especially in the face of turmoil such as the war in Ukraine.

Innovative ideas and transformative solutions to combat poverty have emerged, involving not only governments but also civil society. This work focuses on social innovation as a recent approach and presents the *Celestino* project as a concrete example. The project aims to combat social exclusion and promote the psychosocial rehabilitation of homeless people in Lisbon, using art therapy techniques and creative poetry writing, in collaboration with the local community. The *Celestino* project is funded by the European Commission's "Solidarity Projects" program and is a partnership between *Associação Poesia Pr'a Todos* and *Orientar - Associação de Intervenção para a Mudança*.

This dissertation is divided into two parts. The first provides a theoretical context about poverty, presenting global statistics as well as addressing alternative approaches to combating it, such as the Unconditional Basic Income, microfinance and social innovation. It also highlights the role of civil society organizations in the fight against poverty.

The second part focuses on the *Celestino* project, detailing its structure, methodology, stakeholders, objectives, calendar, budget, implementers, and potential for social impact. The work ends with conclusions based on the topics covered.

Key-words: Poverty; International Development; Social Innovation; Homelessness; Social Exclusion; Art-therapy; European Solidarity Corps; Sustainable Development Goals.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	7
2	ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONTEXTO	10
2.1	Conceito de pobreza: um fenómeno complexo e em permanente evolução....	11
2.2	Abordagens alternativas para combater a pobreza e a exclusão social.....	13
2.2.1	O Rendimento Básico Incondicional.....	14
2.2.2	O Microfinanciamento e o Microcrédito.....	15
2.2.3	A Inovação Social.....	16
2.3	As OSC como agentes primordiais de inovação social e a sua importância no combate à pobreza.....	18
3	O PROJETO <i>CELESTINO</i>	24
3.1	Contextualização da problemática.....	24
3.2	Metodologia: a arteterapia e os seus benefícios para pessoas em situação de sem-abrigo.....	28
3.3	Âmbito	30
3.4	Grupo-alvo e <i>Stakeholders</i>	32
3.5	Objetivos, Atividades e Orçamento.....	33
3.6	Entidades Implementadoras.....	39
3.7	Impacto Social	42
4	CONCLUSÃO	47

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1: Os quatro elementos que definem "inovação social"	17
Figura 2: Os quatro tipos de poder teorizados por Jo Rowlands.....	20
Figura 3: Os oito Princípios de Istambul.....	23
Figura 4: Proporção de população residente em situação de sem-abrigo, NUTS II Continente, 31 dez 2021 (%).	26
Figura 5: Perfil das pessoas em situação de sem-abrigo em condição de sem teto no Continente a 31/12/2021.....	27
Figura 6: Perfil das pessoas em situação de sem-abrigo em condição de sem casa no Continente a 31/12/2021.....	27

1 INTRODUÇÃO

Em setembro de 2000, vários dirigentes mundiais reuniram-se na Cimeira do Milénio para reafirmarem o seu comprometimento para erradicar a pobreza a nível mundial e fomentar um desenvolvimento sustentável. Comprometiam-se a atingir um conjunto de oito objetivos – os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) – que iriam guiar os seus esforços coletivos nos anos seguintes para alcançar as referidas metas. Esperava-se que, até 2015, a percentagem de pessoas cujo rendimento era inferior a um dólar e que passavam fome, fosse reduzida para metade. O estabelecimento dos ODM foi um marco histórico e assinalou um momento marcante para a luta contra a pobreza a nível mundial, dando uma esperança renovada a esta causa.

Os esforços coletivos que foram acordados em 2000, na Cimeira do Milénio, não foram, no entanto, suficientes. Os últimos quinze anos foram marcados por vários acontecimentos e várias crises que abalaram os progressos que haviam sido conseguidos, a custo, na luta contra a pobreza: desde a crise financeira de 2008, até à crise provocada pela pandemia da COVID-19, passando pela crise ambiental e climática que se tem vindo cada vez mais a agravar e que terá consequências devastadoras para a pobreza a nível mundial – cada um destes acontecimentos teve um impacto negativo em todos os aspetos do desenvolvimento sustentável e retardou os progressos na luta contra a pobreza e a desigualdade. Enfrentar o rápido aumento da pobreza global é, portanto, um dos desafios mais prementes que o mundo enfrenta atualmente, especialmente nesta nova era de turbulência, trazida pela guerra na Ucrânia.

Felizmente, várias ideias inovadoras e soluções transformadoras têm surgido, nos últimos anos, para fazer face ao flagelo da pobreza. Não só novas abordagens têm florescido, como também novos atores têm emergido e têm tido um papel ativo e importante para esta causa, nomeadamente a sociedade civil, contrariando a ideia de que a luta contra a pobreza é uma incumbência apenas dos Estados e dos governos.

O presente trabalho foca-se numa das mais recentes abordagens surgidas para combater a pobreza e as desigualdades sociais – a inovação social –, centrando-se num exemplo concreto de um projeto – o projeto *Celestino* – que, tendo por base formas criativas e alternativas de ação, tem como objetivo a resolução e a mitigação de um problema social.

O projeto *Celestino* é um projeto de inovação social a ser implementado no concelho de Lisboa, com duração de doze meses, e cujo objetivo é combater a exclusão social e potenciar a reabilitação psicossocial de 20 pessoas em situação de sem-abrigo, através de técnicas de arteterapia e terapia expressiva – especificamente através da escrita criativa de poesia – inseridas num modelo de participação ativa com membros da comunidade local. O projeto é redigido no âmbito de uma candidatura ao programa “Solidarity Projects”, financiado pela Comissão Europeia, e a sua implementação resultará da parceria entre duas organizações da sociedade civil: a *Associação Poesia Pr’a Todos* (APPT) e a *Orientar- Associação de Intervenção para a Mudança*.

A idealização do projeto apresentado neste trabalho surgiu em contexto de pandemia, quando, em 2021, um dos membros da APPT se viu numa condição financeira vulnerável, devido à crise provocada pela COVID-19, tendo de recorrer a associações para obter ajuda alimentar.

Foi neste contexto que contactou e conheceu várias pessoas a viver em situação de sem-abrigo há já vários anos, no concelho de Lisboa, de entre as quais o *Celestino*. Em determinada ocasião, o membro da APPT reparou que o *Celestino* estava a escrever um poema num papel solto; ao falar com ele, percebeu que era um hábito que não lhe era estranho e que, pelo contrário, era algo que o ajudava a passar o seu tempo e a expressar melhor o que sentia. Na vez seguinte em que estiveram juntos, o membro da APPT levou-lhe um caderno em branco e uma caneta, para que o *Celestino* pudesse escrever livremente, potenciando a sua criatividade e imaginação, e para que pudesse guardar e compilar os seus poemas. Pouco tempo depois, o *Celestino* apareceu com um caderno cheio, tanto de poemas, como de ilustrações que representavam e espelhavam o seu quotidiano, os seus medos e as suas esperanças. Foi baseado na história do *Celestino* que o presente projeto surgiu e ganhou o seu nome e a sua forma.

Deste modo, o presente trabalho está dividido em duas partes fundamentais. Para além desta introdução, na qual se apresenta o trabalho que irá ser explorado e a sua organização, a primeira parte consiste num enquadramento teórico que serve para contextualizar o projeto *Celestino*, bem como a sua pertinência e relevância para o combate à pobreza. Desta forma, começa-se por apresentar o conceito de pobreza, expondo os números e as estatísticas deste fenómeno a nível mundial, bem como a realidade das pessoas que, por todo o mundo, vivem nesta condição. De seguida, são apresentadas três abordagens alternativas que têm surgido, recentemente para fazer face

ao flagelo da pobreza: o Rendimento Básico Incondicional, o microfinanciamento – com destaque para o microcrédito – e, por fim, a inovação social. Tendo como enfoque esta última abordagem, apresenta-se, por último, a importância que as organizações da sociedade civil têm tido como agentes ativos promotores de inovação e mudança social positiva, fazendo uma breve resenha história e sublinhando o seu papel para a luta contra a pobreza.

A segunda parte deste trabalho é dedicada ao projeto *Celestino* e à sua idealização. Apresenta-se o enquadramento do projeto, a metodologia utilizada e o âmbito no qual o projeto está a ser redigido. De seguida, são mencionados os *stakeholders* do projeto, bem como os objetivos que pretende alcançar, a calendarização das atividades, o orçamento e as entidades implementadoras. É, ainda, explorado o potencial de impacto social que é esperado com a implementação do projeto *Celestino*. Por fim, faz-se um resumo dos conteúdos abordados, que permitirá o levantamento de várias conclusões que fecharão, assim, o presente trabalho.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONTEXTO

“For the last several thousand years at least, human beings have tried to imagine a different world from the one they live in, and worked together to create it.”

Ha-Joon Chang

Partilhando da premissa da citação de abertura deste capítulo, Alan Fowler, no artigo intitulado “Change actors and civic innovators: who triggers change?”, alerta para o facto de que, para o bem e para o mal, as sociedades nunca são estáticas (Fowler, 2016). Ao longo da história, as reações e as perceções das pessoas sobre o que era certo ou errado, justo ou injusto, utópico ou concretizável, tiveram um papel fulcral na produção de normas, comportamentos e relações de poder que moldaram a estrutura social e alteraram os padrões de pensamento (Fowler, 2016). Assim aconteceu, também, em relação às perceções sobre a pobreza.

Apesar de a pobreza ser um fenómeno que, historicamente, sempre existiu e sempre esteve presente em todas as sociedades nas diferentes partes do mundo, o seu conceito e a sua definição foram-se alterando e evoluindo ao longo dos séculos, sendo um reflexo da perceção da sociedade face a este fenómeno. O pai da economia moderna, Adam Smith, definiu a pobreza como sendo a incapacidade de suprir as necessidades exigidas pela natureza ou pelos costumes, tendo acrescentado e elaborado, mais tarde, que por necessidades se entendiam não apenas os bens materiais que são indispensavelmente necessários para o sustento da vida, mas quaisquer bens cuja privação seja considerada indecente para pessoas respeitáveis, mesmo da classe mais baixa, segundo os costumes de certo país (Davis & Sanchez-Martinez, 2014). Esta definição de Adam Smith espelha, precisamente, o peso da perceção societal para a conceção da pobreza, sublinhando as preocupações com o que era considerado – ou não – “respeitável” ou “decente”.

Vários autores, como Karl Marx (1847) ou Amartya Sen (1983), contribuíram para que, ao longo do tempo, este conceito fosse evoluindo e se adaptasse cada mais à realidade da sociedade, sendo que, atualmente, parece ser amplamente aceite que o conceito de pobreza não se traduz apenas na escassez de recursos financeiros, mas

engloba uma série de outras carências, entre as quais, ao nível da educação, da saúde, da cultura, da justiça e da participação cívica ativa. Sendo certo que a pobreza é um conceito multidimensional, é igualmente certo que as diferentes conceptualizações deste fenómeno vão influenciar também de múltiplas formas as políticas e as medidas para o seu combate e prevenção.

2.1 Conceito de pobreza: um fenómeno complexo e em permanente evolução

Não sendo um conceito estanque e não havendo uma definição de pobreza universalmente aceite, neste trabalho considerar-se-á a definição adotada oficialmente pela União Europeia, em 2004, também utilizada na publicação da Fundação Francisco Manuel dos Santos *A pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*. Assim, as pessoas encontram-se em situação de pobreza se:

“(...) o seu rendimento e os seus recursos forem tão inadequados que as impedem de ter o padrão de vida considerado aceite na sociedade em que vivem. Por causa da sua situação de pobreza podem sofrer de múltiplas desvantagens através do desemprego, rendimento baixo, habitação pobre, cuidados de saúde inadequados e barreiras à aprendizagem ao longo da vida, cultura, desporto e lazer. Elas são muitas vezes excluídas e marginalizadas da participação em atividades (económicas, sociais e culturais) que são a norma para outras pessoas e o seu acesso a direitos fundamentais pode ser limitado.”

(Eurostat, 2010, *apud* Diogo *et al.*, 2021, p.15)

Diogo *et. al* alertam, ainda, para o facto de que existem diversas abordagens à operacionalização do conceito de pobreza, sendo possível, no entanto, distinguir três principais linhas de diferenciação: o padrão de referência (absoluto *versus* relativo), a dimensão de observação (recursos *versus* necessidades), e o grau de integração das perceções sociais e individuais (Pereira, 2010 *apud*, Diogo *et al.*, 2021).

De acordo com o relatório de 2023 do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), 1,1 mil milhões de pessoas – de entre um total de 6,1 mil milhões de pessoas consideradas em 110 países – vivem em situação de pobreza multidimensional aguda, correspondendo a cerca de 18% da população mundial. As regiões da África Subsaariana (534 milhões) e do Sul da Ásia (389 milhões) abrigam, aproximadamente, cinco em cada seis pessoas pobres do mundo (UNDP & Universidade de Oxford, 2023).

Embora os países de baixo rendimento constituam apenas 10% da população incluída no IPM, é aí que residem 35% de todas as pessoas pobres. No entanto, quase dois terços de todas as pessoas pobres (730 milhões de pessoas) vivem em países de rendimento médio, o que torna a ação, nestes países, crucial para reduzir globalmente a pobreza (UNDP & Universidade de Oxford, 2023). Por outro lado, o relatório apurou, ainda, que as crianças com menos de 18 anos representam metade das pessoas pobres do IPM (566 milhões). A taxa de pobreza entre as crianças é de 27,7%, enquanto entre os adultos é de 13,4%. Por fim, conclui-se que a pobreza afeta predominantemente as zonas rurais, com 84% de todas as pessoas pobres a viver nestas zonas. As áreas rurais são mais pobres do que as áreas urbanas em todas as regiões do mundo (UNDP & Universidade de Oxford, 2023).

Apesar deste cenário alarmante e da gravidade que estes números da pobreza, a nível mundial, representam, o relatório do IMP traz uma nova esperança de que é possível erradicar este fenómeno. Segundo o relatório, vários países reduziram para metade o seu IPM em períodos tão curtos como quatro a doze anos, demonstrando a viabilidade das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹ de reduzir a pobreza para metade, de acordo com as definições nacionais, até 2030 (UNDP & Universidade de Oxford, 2023). Os autores revelam, no entanto, uma forte preocupação relativamente aos efeitos negativos de longo-prazo da COVID-19 na erradicação da pobreza, a nível global.

Pedro Conceição, Diretor do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, observou que:

"As we reach the mid-point of the 2030 Agenda for Sustainable Development, we can clearly see that there was steady progress in multidimensional poverty reduction before the pandemic. However, the negative impacts of the pandemic in dimensions such as education are significant and can have long-lasting consequences. It is imperative that we intensify efforts to comprehend the dimensions most negatively affected, necessitating strengthened data collection and policy efforts to get poverty reduction back on track."

(UNDP & Universidade de Oxford, 2023, p.1).

¹ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 metas globais, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, que compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030. Os ODS vieram suceder e foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), anteriormente referidos na introdução, de maneira a completar o trabalho deles e responder a novos desafios.

Segundo dados do Banco Mundial, a crise provocada pela COVID-19 não afetou a população mundial de igual forma (Sánchez-Páramo *et al.*, 2021). Pelo contrário, a pandemia veio exacerbar situações de desigualdade social e teve impactos mais graves e nocivos para a população mais pobre e vulnerável. A queda abrupta dos rendimentos a nível global traduziu-se num aumento acentuado da pobreza: cerca de 97 milhões de pessoas vivem com menos de 1,90 US\$ devido aos efeitos da pandemia no rendimento *per capita*, aumentando a taxa de pobreza global de 7,8% para 9,1%. O Banco Mundial estima que, globalmente, tenha havido um retrocesso de três a quatro anos de progresso para acabar com a pobreza extrema, devido à COVID-19 (Sánchez-Páramo *et al.*, 2021); isto significa que os esforços levados a cabo nos próximos anos para o combate à pobreza serão cruciais para compensar o atraso provocado pela pandemia e para se conseguir alcançar as metas estabelecidas pelos ODS.

2.2 Abordagens alternativas para combater a pobreza e a exclusão social

Do mesmo modo que existem diversas interpretações sobre o que é a pobreza e quais os seus fatores subjacentes, existem, também, visões distintas de como se deve atuar para reverter cada uma destas situações e combater este fenómeno. Com o agravamento dos números da pobreza a nível global, provocado pela crise da COVID-19, torna-se ainda mais premente a necessidade de se pensar em alternativas inovadoras e eficazes para fazer face a este flagelo e para concretizar os objetivos da Agenda 2030.

Nas últimas décadas, têm sido idealizadas e postas em prática uma miríade de diferentes abordagens para combater a pobreza, desde as mais utópicas, às que estão já a ser largamente implementadas a nível global. Os esforços para mitigar a pobreza – e para o fazer de forma inovadora e sustentável – têm recebido cada vez mais atenção, envolvendo vários atores da sociedade, desde o Estado, ao setor privado, contando ainda com o terceiro setor e a própria sociedade civil.

2.2.1 O Rendimento Básico Incondicional

O Rendimento Básico Incondicional, também abreviadamente designado por RBI, é um bom exemplo de uma solução alternativa para o combate à pobreza, tendo o Estado como ator central.

O RBI é uma taxa universal, individual e incondicional atribuída mensalmente pelo Estado a todos os seus cidadãos, permitindo-lhes viver com dignidade, independentemente da sua situação profissional, familiar ou financeira (Neves & Merrill, 2023). Thomas Paine foi a primeira pessoa a teorizar este conceito, em 1797, no seu livro *Justiça Agrária*. Desde então, este desejo de criar uma sociedade equilibrada e igualitária, onde todos os indivíduos tivessem as mesmas oportunidades financeiras, evoluiu e ganhou mais notoriedade – particularmente no século XX, com economistas dos mais variados quadrantes políticos (como James Meade e Milton Friedman) a proporem alguma forma de dividendo universal (Neves & Merrill, 2023).

Tal como não é historicamente nova, esta ideia de proporcionar a cada cidadão um rendimento básico de sobrevivência também não é consensual, havendo quem demonstre um certo ceticismo em relação ao sucesso e à eficácia deste mecanismo. Neves & Merrill (2023) afirmam que “No seu cerne, debater o RBI significa debater diferentes perspetivas sobre o que uma sociedade deve assegurar aos seus cidadãos” (Neves & Merrill, 2023, p. 6). Há, portanto, vários argumentos, de natureza distinta, que sustentam a implementação de um RBI, desde argumentos políticos, sociais, económicos e culturais até argumentos de ordem filosófica e demográfica.

Os defensores do RBI acreditam que este mecanismo pode ser particularmente importante e eficaz no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais, centrando-se em dois argumentos principais: o da justiça distributiva e o da justiça produtiva. Começando pela justiça distributiva, os defensores deste mecanismo alegam que a riqueza criada pelo trabalho das gerações anteriores deve ser distribuída de igual forma pela sociedade, uma vez que é algo herdado por todos na mesma medida; desta forma, o RBI é a forma mais imparcial de garantir justiça, liberdade e igualdade de oportunidades na sociedade. No que concerne à justiça produtiva, o RBI pode ser um instrumento capaz para reverter a “armadilha da pobreza”, que ocorre quando um sistema económico requer uma quantidade significativa de capital para que seja possível escapar-

se à pobreza – quando são precisamente os indivíduos mais pobres que têm mais dificuldade em conseguir o capital necessário para que isso aconteça. Cria-se assim um mecanismo cíclico de pobreza que se autorreforça, mas que o RBI pode interromper.

Vários estudos e experiências realizadas um pouco por todo o mundo nas últimas décadas, parecem confirmar o sucesso do RBI em relação à diminuição da pobreza. Os projetos piloto realizados na Namíbia, em 2008, e na Índia, entre 2008 e 2013, revelaram-se muito promissores, tendo obtido resultados positivos em diferentes áreas:

“Mostraram melhorias na nutrição, no acesso ao saneamento, cuidados de saúde, educação, nutrição e frequência escolar. Deram aos participantes maior segurança financeira e independência económica. também promoveram o empoderamento da comunidade, a responsabilização e a criação de laços entre as pessoas.”

(Neves & Merrill, 2023, p.4)

2.2.2 O Microfinanciamento e o Microcrédito

Não sendo, igualmente, um conceito recente – considerando que a sua primeira manifestação remonta ao século XIX –, o microcrédito é outro mecanismo alternativo de combate à pobreza muito utilizado e discutido atualmente.

Popularizado por Muhammad Yunus, depois da experiência que levou a cabo em 1976, no Bangladesh – e que deu posteriormente origem ao conhecido Banco Grameen –, o microcrédito é um meio de conceder crédito, geralmente sob a forma de pequenos empréstimos sem garantias, a mutuários não tradicionais, como pessoas pobres em áreas rurais ou subdesenvolvidas, permitindo-lhes aceder a serviços adaptados à sua realidade e com vista à melhoria do seu bem-estar.

O microcrédito é uma subcategoria de um outro conceito mais abrangente: o microfinanciamento, que consiste na concessão de serviços financeiros de pequena escala (como microcrédito, microdepósitos, microsseguros, avaliações informais dos beneficiários e dos investimentos, transferência de moeda a baixo custo, etc.) a indivíduos com baixos rendimentos, incluindo trabalhadores por conta própria (Guedes, 2012).

Há um aceso debate académico sobre se estes mecanismos ajudam, de facto, a aliviar a pobreza, havendo quem alegue que, em alguns casos, o microcrédito tenha

contribuído para acentuar situações de endividamento de certas famílias. Diferentes estudos chegam a diferentes conclusões, sendo que cada estudo utiliza metodologias distintas e que todos eles apresentam limitações; não é, portanto, possível concluir de forma universal se estes mecanismos são eficazes no combate à pobreza.

Félix & Belo (2019) observam que o sucesso do microcrédito está intimamente ligado com as características do país onde este mecanismo está a ser aplicado, nomeadamente com os padrões de crescimento setorial da economia, com o peso da economia informal e com os níveis de produtividade, sendo essa a razão pela qual os resultados podem diferir tanto. No caso da China, por exemplo, o microcrédito teve um grande impacto na redução da pobreza através da criação de emprego, sendo que a percentagem de pessoas que viviam na pobreza diminuiu significativamente nas últimas décadas. Contudo, em África e na Índia o microcrédito não está a produzir os mesmos efeitos (Félix & Belo, 2019).

Ainda assim, as autoras defendem que o microfinanciamento, e o microcrédito em particular, têm tido um papel fulcral na criação de oportunidades de emprego com remunerações dignas, e que esta é a melhor forma de retirar pessoas de situações de pobreza, considerando que estes mecanismos podem ter um forte impacto na redução da pobreza a nível mundial (Félix & Belo, 2019).

2.2.3 A Inovação Social

A inovação social é um conceito que, embora mais recente do que os anteriormente mencionados, é visto como uma promissora solução para mitigar a pobreza a nível global, sendo por isso bastante popular e consensual, atualmente, a nível académico – especialmente na área das ciências sociais.

O termo “inovação social” caracteriza-se por abarcar uma mescla de significados metodológicos e por se adaptar a diferentes campos e disciplinas, sendo, por isso, considerado um termo transversal em torno do qual é difícil estabelecer limites rígidos (Millard & Fucci, 2023), sendo certo que é precisamente esta diversidade de abordagens que abre caminho para várias possibilidades de mudança. Portales (2019) descreve a inovação social como sendo um conjunto de atividades e serviços inovadores que são

motivados e têm o propósito de atingir certa necessidade ou problema social, sendo que Millard & Fucci (2023) resumem o conceito, afirmando que “importantly, it aims to empower those with a social need, particularly when they have little to begin with”.

Apesar das diferentes abordagens ao conceito de inovação social, Portales (2019) considera que este engloba quatro elementos-chave: a satisfação de uma necessidade, o caráter inovador da solução, a mudança das estruturas e das relações sociais e o aumento da capacidade de ação da sociedade, como demonstrado na Figura 1.

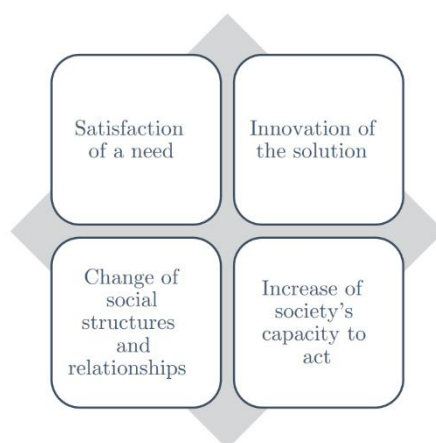


Figura 1: Os quatro elementos que definem "inovação social"

Fonte: Portales, 2019

São precisamente os últimos dois elementos mencionados pelo referido autor – a mudança das estruturas e das relações sociais e o aumento da capacidade de ação da sociedade – que conferem um caráter tão distinto e interessante a este conceito. De facto, a inovação social não se foca apenas no resultado da sua ação, mas dá, igualmente, muita ênfase ao processo, fomentando processos colaborativos, onde beneficiários e *stakeholders* trabalham em conjunto para concretizar certo objetivo. A inovação social centra-se, por isso, numa abordagem participativa que aumenta a agência e a capacidade dos próprios beneficiários, conferindo-lhes as ferramentas necessárias para satisfazerem as suas necessidades no longo prazo, sem terem de depender passivamente de outros agentes para agirem em seu nome (Portales, 2019). Este aspeto inclusivo da inovação social rompe com o paradigma de que os problemas sociais são responsabilidade meramente do Estado ou do terceiro setor, permitindo que todos sejam atores e não espectadores de transformação social, traduzindo-se num aumento da resiliência social e das capacidades sociopolíticas dos beneficiários (Portales, 2019).

Portales (2019) refere, ainda, que as práticas de inovação social partem de diversos setores da sociedade, desde o público, ao privado, até ao informal. É, de facto, interessante observar como este conceito conjuga elementos de práticas de economias comunitárias e solidárias, com estratégias transformadoras de empoderamento da sociedade civil, com o poder local e com movimentos sociais, permitindo novos imaginários de bem-estar e possibilidades de mudança social positiva.

O forte envolvimento da “base para o topo” da sociedade civil nos processos de inovação social, através de abordagens intersectoriais e interdisciplinares, proporciona resultados sociais francamente benéficos para os cidadãos, por se adaptar de forma tão única e adequada à sua realidade e ao meio em que estão inseridos. Consequentemente, a inovação social tende a ser muito mais eficaz do que muitos outros tipos de inovação, como a inovação tecnológica e empresarial, na transversalidade e ligação entre as várias dimensões do desenvolvimento sustentável (Millard & Fucci, 2023).

A inovação social é, assim, uma alternativa inovadora e eficiente para se atingir um desenvolvimento sustentável e sustentado, afastado das narrativas capitalistas dominantes que abundam no discurso sobre o desenvolvimento (Fowler, 2016). Millard & Fucci (2023) consideram que o papel da inovação social, na conceção e prestação de serviços públicos a pessoas marginalizadas pela sociedade e com baixos rendimentos, é crucial para se alcançarem os ODS até 2030 e, desta forma, se erradicar a pobreza a nível mundial. Mais importante ainda, os autores defendem que a inovação social contém o potencial para a mudança social que incita à ação, em vez de se limitar a apontar os entraves e os problemas (Millard & Fucci, 2023).

2.3 As OSC como agentes primordiais de inovação social e a sua importância no combate à pobreza

No que diz respeito ao desenvolvimento e à inovação social, é amplamente aceite que as organizações da sociedade civil são atores de grande relevo, principalmente pela variedade e representatividade social que oferecem (em termos de género, orientação sexual, faixa etária, etnicidade, etc.), fornecendo diferentes perspetivas sobre como abordar questões sociais (Chaney, 2020). Portales (2019) considera que a sociedade civil é a fonte primordial de “many pioneering approaches to address social needs and is

characterized by treating a wide variety of problems and addresses the demands that the State and the market have neglected.” (Portales, 2019, p. 10).

Importa refletir, primeiramente, sobre o termo “organizações da sociedade civil” (OSC) e distingui-lo de “organizações não-governamentais” (ONGs), sendo que o primeiro engloba o segundo e que as ONGs são uma subcategoria das OSC. As ONGs referem-se a organizações formalmente organizadas de forma voluntária por um grupo de pessoas, com a missão social de melhorar algum aspeto da sociedade. São entidades sem fins lucrativos, não estatais, organizadas a nível regional, local ou internacional que trabalham em prol do interesse público (Dahie, 2019). Por sua vez, as OSC têm uma definição mais ampla, que engloba mais organizações da sociedade civil não contempladas nas ONGs, como sindicatos ou associações profissionais, por exemplo (UNDP, 2013).

Apesar de ser um termo contestado e pouco consensual, para o propósito deste trabalho seguir-se-á a definição de “organizações da sociedade civil” utilizada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento² (CAD), que as define como:

“[...] all non-market and nonstate organizations outside of the family in which people organize themselves to pursue shared interests in the public domain. Examples include community-based organizations and village associations, environmental groups, women’s rights groups, farmers’ associations, faith-based organizations, labour unions, co-operatives, professional associations, chambers of commerce, independent research institutes and the not-for-profit media.”

(OCDE, 2011, p.1)

As OSC caracterizam-se pelo seu carácter voluntário, autónomo, não-partidário, não-violento, e por serem integradas por atores diversificados – tanto na forma, como no propósito – que têm em comum o desejo de melhorar as condições do meio em que estão inseridos, incitando a uma ação social positiva e geradora de mudança: “[...] to feed their families or improve their neighbourhoods, in response to their sense of what is right and

² O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) é uma organização multilateral, inserida na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da qual fazem parte 32 países membros e cujo principal objetivo é apoiar o crescimento dos “países em desenvolvimento” através da cooperação internacional – bilateral e multilateral – sob a forma de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), reunindo, desta forma os maiores doadores de APD a nível global, de forma a harmonizar as estratégias a nível da cooperação.

wrong, or because working together in a common cause is fulfilling.” (Green, 2016, p.179).

Apesar do seu caráter apartidário, o ativismo social levado a cabo pelas OSC pode incluir – e certamente inclui – ativismo político, zelando para que a governação pública seja um processo coletivo e participativo e não se faça sem as pessoas nem à sua revelia. Aliás, a importância das OSC verifica-se, igualmente, no papel que desempenham como *watchdogs*, garantindo e monitorizando a execução de boas práticas e a implementação de certas políticas, medidas, orçamentos e tratados por parte do poder político, nomeadamente na esfera do desenvolvimento e da cooperação internacional (Plataforma Portuguesa das ONGS, 2016).

A riqueza das OSC traduz-se, de igual forma, na complexidade de dinâmicas de poder que exercem e que criam na e com a sociedade. Segundo Jo Rowlands, existem quatro tipos distintos de poder: “*power within*”, “*power with*”, “*power to*” e “*power over*” (Rowlands, 1995), tal como representados na Figura 2. O primeiro está relacionado com a capacidade interna que os indivíduos têm de reconhecer as suas capacidades e trabalharem a sua autoestima de forma a potenciarem o seu poder individual. O segundo envolve uma ação coletiva e organizada entre intervenientes distintos, em que se forma uma dinâmica de poder conjunta e fortalecida. O terceiro refere-se ao poder efetivo que os indivíduos e as entidades têm de fazer escolhas e levar a cabo ações concretas para atingirem determinados objetivos. E por fim, o último é um tipo de poder hierarquizado e coercivo que envolve, muitas vezes, mecanismos de força, dominação e controle para ser exercido (Green, 2016).

- *Power within*: personal self-confidence and a sense of rights and entitlement.
- *Power with*: collective power, through organization, solidarity and joint action.
- *Power to*: meaning effective choice, the capability to decide actions and carry them out.
- *Power over*: the power of hierarchy and domination, as described above.

Figura 2: Os quatro tipos de poder teorizados por Jo Rowlands

Fonte: Green, 2016

É interessante verificar a capacidade que as OSC têm para combater a ação opressiva de certas entidades (o designado “*power over*”), ao darem voz a iniciativas (e/ou reivindicações) individuais (“*power within*”) e de pequena dimensão, reunindo-as, organizando-as, amplificando-as e fortalecendo-as para lutarem por determinada causa (“*power to*”). É sobre este ponto que as autoras Ana Filipa Oliveira e Fátima Proença referem, no seu artigo “Qualidade da Cooperação e do Desenvolvimento: Um desafio também às Organizações da Sociedade Civil”, que:

“[...] as OSC podem desempenhar um papel crucial no processo de Desenvolvimento, pela sua proximidade aos problemas, ou seja, pela sua capacidade de comunicar e chegar às populações mais pobres e pelo seu carácter inovador e catalisador no processo de transformação social.”

(Oliveira & Proença, 2011, p.70)

Por outro lado, quando atuam em parceria com o poder político (“*power with*”), o impacto da atuação das OSC pode ser mais forte e tornar-se mais eficaz e incisivo, nomeadamente em matéria de direitos humanos e no combate à pobreza.

Relativamente a estes dois tópicos, a pobreza e os direitos humanos, a contribuição das OSC tem sido bastante relevante e inovadora nas últimas décadas, tendo ajudado, antes de mais, a alterar a forma como a sociedade e a academia percecionam a pobreza e as pessoas que vivem nesta condição (Golle, 2007).

Com base no seu conhecimento direto sobre as pessoas que vivem em situação de pobreza, as OSC demonstraram a natureza complexa deste fenómeno, sublinhando o seu carácter multidimensional: “Thanks to NGOs, the notion of poverty has now evolved from a very narrow concept defined in terms of insufficient income to a broad concept that reflects the multidimensional aspects and the dynamics of poverty” (Golle, 2007, p.11).

As OSC alertaram, ainda, para as deficiências dos indicadores puramente quantitativos, muitas vezes simplistas, utilizados pela comunidade internacional para medir a pobreza, ajudando a estabelecer uma base mais sólida para compreender e medir este fenómeno (Golle, 2007), que não se traduz apenas na escassez de recursos financeiros, mas que engloba uma série de outras carências, entre as quais, ao nível da educação, da saúde, da cultura, da justiça e da participação cívica ativa.

Por fim, a importância das OSC relativamente à questão da pobreza traduz-se, ainda, no papel ativo que estas têm no combate deste fenómeno, nomeadamente na sua contribuição para o cumprimento dos ODS expressos na Agenda de 2030. Desde as organizações que se dedicam à luta contra a desigualdade de género ou contra a corrupção, até às que se focam na ação climática ou que promovem a democratização, a inclusão e a defesa dos direitos humanos, todas têm objetivos e planos de ação que vão ao encontro das metas e resultados dos ODS, sendo que “já implementam os ODS muito antes de estes terem sido definidos ou acordados – mesmo que os desconheçam” (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2020, p. 19).

No entanto, historicamente, a importância das OSC para o desenvolvimento internacional só começou a ser amplamente – e oficialmente – reconhecida nas últimas duas décadas, sendo que os Fóruns de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, organizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), muito contribuíram para o reconhecimento do papel destas organizações.

De facto, o esforço contínuo para modernizar, aprofundar e ampliar a cooperação para o desenvolvimento e a prestação de ajuda foi marcado por quatro eventos levados a cabo pela OCDE: os Fóruns de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda em Roma, Paris, Acra e Busan, em 2003, 2005, 2008 e 2011, respetivamente. Estes eventos de alto nível permitiram maximizar o impacto da ajuda dada pelos países doadores através da harmonização da sua ação e da formulação de vários princípios orientadores de boa conduta, bem como intensificar os esforços para cumprir as ambiciosas metas estabelecidas pelos ODM (OCDE, 2019).

O 3.º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, com lugar em Acra (Gana), em 2008, foi, pois, um marco importante – e um momento de viragem – para as OSC, ao ter sido a primeira vez que lhes foi reconhecida oficialmente uma posição central como atores para o desenvolvimento (Oliveira & Proença, 2011).

Procurando incitar a uma reflexão mais aprofundada e holística sobre a eficácia do trabalho da sociedade civil na cooperação para o desenvolvimento, foram realizadas uma série de ações e iniciativas por parte de um conjunto diversificado de OSC de todo o mundo, nos anos que se seguiram a Acra. O Open Forum for CSO Development Effectiveness foi um exemplo de umas dessas iniciativas, tendo como principal objetivo a “definição e promoção do papel e eficácia das OSC no sector da cooperação para o

desenvolvimento e a criação de um espaço alargado de debate, de modo que as OSC possam unir esforços para a definição de uma visão comum sobre a eficácia do desenvolvimento” (Ribeiro, 2011, p.13). Deste processo, iniciado em 2009, surgiu um conjunto de princípios – os Princípios de Istambul – que, ainda hoje, são uma das grandes referências que pauta o trabalho e as práticas das OSC: seja em situações de conflito ou em contexto de paz, em diferentes áreas, desde a monitorização de políticas públicas a situações de emergência humanitária, até a ações de desenvolvimento a longo prazo. Os oito Princípios de Istambul são os representados na Figura 3:

- i) Respeitar e promover os Direitos Humanos e a Justiça Social;
- ii) Incorporar a igualdade e equidade de género, promovendo, em simultâneo, os direitos das mulheres e das raparigas;
- iii) Centrar-se no *empowerment* das pessoas, na apropriação e na participação democráticas;
- iv) Promover a sustentabilidade ambiental;
- v) Praticar a transparência e a prestação de contas;
- vi) Estabelecer alianças equitativas e solidárias;
- vii) Criar e partilhar conhecimento e comprometer-se com a aprendizagem mútua;
- viii) Comprometer-se com a criação de uma mudança sustentável e positiva.

Figura 3: Os oito Princípios de Istambul

Fonte: Ribeiro, 2011

Para além de ter proporcionado um momento inédito de diálogo e participação entre OSC de todo o mundo, pondo de parte a hegemonia da visão eurocêntrica, Istambul tornou-se um marco ao ter conceptualizado e consensualizado uma série de princípios gerais que marcariam toda a intervenção futura das OSC na cooperação internacional, criando uma visão conjunta de longo prazo para a construção de uma agenda para um Desenvolvimento equitativo e sustentável (Oliveira & Proença, 2011).

Mais tarde, em 2011, o 4.º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda em Busan (Coreia do Sul) assinalou a primeira participação de OSC na elaboração de uma ação concertada para a Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento, conjuntamente – e em pé de igualdade – com outros atores estatais e privados, reforçando o papel das OSC como aliadas na agenda do desenvolvimento internacional (Oliveira & Proença, 2011).

3 O PROJETO *CELESTINO*

No capítulo anterior pudemos explorar algumas das várias abordagens e soluções que têm surgido nas últimas décadas para mitigar e combater a pobreza, que, tal como concluímos, é um conceito complexo e multidimensional em constante estudo e evolução. Ainda no mesmo capítulo sublinhámos a importância das OSC e do seu papel para a mudança social positiva, considerando que estas organizações são das maiores promotoras de projetos e de ações de inovação social, que, como mencionado anteriormente, é uma das mais recentes, mas promissoras – e consensuais – abordagens para combater a pobreza e atingir as metas da Agenda 2030.

É neste sentido que se enquadra o projeto *Celestino*: um exemplo de projeto de inovação social levado a cabo por atores e organizações da sociedade civil e cujo objetivo é a resolução de um problema latente na sociedade portuguesa – a exclusão social de pessoas em situação de sem-abrigo no concelho de Lisboa – através de métodos inovadores – neste caso, através de técnicas de arteterapia – e de uma abordagem colaborativa entre beneficiários e *stakeholders*. Nas secções seguintes serão descritas as suas componentes essenciais, nomeadamente, o contexto da problemática, de que forma é que o projeto irá ser implementado, quais os seus objetivos e qual o seu impacto para a sociedade.

3.1 Contextualização da problemática

A crise socioeconómica, que se alastrou pelas economias desenvolvidas em 2008, afetou com grande impacto Portugal e teve efeitos alarmantes para os níveis da pobreza no país. Entre 2009 e 2014, a taxa de pobreza em Portugal aumentou de 17,9% para 19,5%, reconduzindo o país para os níveis de pobreza do início do século (Rodrigues *et al.*, 2016).

Depois do pico provocado pela crise de 2008, a pobreza multidimensional em Portugal diminuiu continuamente, entre 2014 e 2020, de acordo com a metodologia³

³ O artigo de Nuno Alves (2022) “A multidimensional poverty indicator for Portugal” propõe um indicador de pobreza multidimensional aplicado a Portugal, baseado na metodologia de Alkire e Foster (2011). O indicador agrega 21 variáveis que abrangem dimensões como participação no mercado de trabalho, educação, privação material, privação social, saúde e habitação.

utilizada por Alves (2022). Em 2020, a proporção da população em pobreza multidimensional era de 15,4%, com 5,8% da população a viver em pobreza multidimensional grave. Considerando o contexto europeu, Portugal encontra-se numa posição intermédia, com uma taxa de pobreza multidimensional próxima da Bélgica, França e Itália, inferior à de Espanha e da Grécia, e superior à da Alemanha, Finlândia e Países Baixos (Alves, 2022).

Seguindo a tendência global, em Portugal também se sentiram os efeitos negativos da pandemia a nível económico e social. Um estudo da Fundação “la Caixa” estima que, em resultado da COVID-19, a taxa de pobreza em Portugal tenha subido uns preocupantes 25% face ao cenário sem crise, e o fosso entre ricos e pobres se tenha acentuado. Os dados do estudo da Fundação revelam, ainda, que mais de 400.000 pessoas caíram abaixo da linha da pobreza e que a intensidade da pobreza – que capta o quão perto os pobres estão da linha de pobreza – tenha aumentado 8%, em comparação com o cenário sem crise (Silva *et al.*, 2021).

Com o acentuar dos níveis de pobreza provocado pela crise da pandemia, Portugal viu aumentarem os casos e as situações de vulnerabilidade e exclusão social. Um dos grupos vulneráveis mais afetado pela crise da pandemia em Portugal foi a população “sem-abrigo”, tendo subido o número de casos de pessoas nessa situação.

Foi apenas a 19 de fevereiro de 2020, durante a 58ª sessão da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, que a resolução inaugural das Nações Unidas sobre o problema dos sem-abrigo foi aprovada. Esta resolução foi posteriormente adotada formalmente pelo Conselho Económico e Social em 23 de junho de 2020. Este momento histórico marcou a primeira vez que a situação das pessoas em situação de sem-abrigo foi oficialmente reconhecida como uma profunda afronta à dignidade humana, um obstáculo ao cumprimento dos direitos humanos e um problema mundial que afeta indivíduos de todas as idades, em todos os espetros da sua vida, independentemente de residirem em países desenvolvidos ou em desenvolvimento (Provedoria de Justiça na Salvaguarda dos Direitos Humanos, 2021).

Por “pessoa em situação de sem-abrigo” entende-se toda aquela que:

“independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: i) sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com

paradeiro em local precário; ou, ii) sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito”

(Resolução do Conselho de Ministros nº107/2017, de 25 de julho).

De acordo com os resultados do Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo apurados à data de 31 de dezembro de 2021, foram identificadas 9 604 pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal (ENIPSSA, 2021).

Apesar de este ser um fenómeno com presença generalizada em todo o território continental, há uma clara predominância nos territórios urbanos e da zona litoral do país, com especial expressão nas cidades de Lisboa e do Porto. Face à população residente, existiam, em Portugal continental, 0,97 pessoas em situação de sem abrigo por 1 000 residentes, sendo a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o Alentejo as regiões que registam as proporções mais elevadas, com, respetivamente, 1,57‰ e 1,74‰, tal como representado na Figura 4. A AML concentra 47% das pessoas em situação de sem-abrigo do continente, sendo que três quartos se encontram na situação de sem casa (ENIPSSA, 2021).

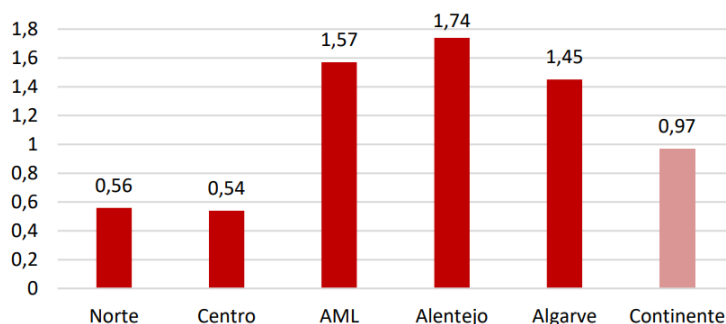


Figura 4: Proporção de população residente em situação de sem-abrigo, NUTS II Continente, 31 dez 2021 (%)

Fonte: ENIPSSA, 2021

A nível sociodemográfico, verificam-se várias semelhanças na caracterização dos indivíduos em situação de sem-abrigo, tanto em condição de sem teto, como nos em condição de sem casa. Em ambos os casos, há uma predominância do fenómeno em pessoas do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, de nacionalidade portuguesa e solteiros, cujo nível de escolaridade completo mais elevado é o ensino básico e cuja principal fonte de rendimentos é o Rendimento Social de Inserção (RSI). É na duração da situação que se encontra a principal diferença entre os dois casos: no caso das pessoas em condição de sem teto, o mais frequente é estarem nesta condição

entre um e cinco anos, enquanto no caso das pessoas em situação de sem casa, é mais comum que esta condição dure menos de um ano (ENIPSSA, 2021). As Figuras 5 e 6 apresentam um resumo da caracterização sociodemográfica dos indivíduos em situação de sem-abrigo (em condição de sem teto e de sem casa) em Portugal à data de 31 de dezembro de 2021.

Sexo	Idade	Estado Civil	Nacionalidade (País)	Rendimento
Masculino	Entre 45 e 64 anos	Solteiro(a)	Portugal	RSI
Naturalidade	Escolaridade	Duração na situação		
Portugal - município atual	Ensino básico – 2º ou 3º ciclo	Entre 1 ano e menos de 5 anos		

Figura 5: Perfil das pessoas em situação de sem-abrigo em condição de sem teto no Continente a 31/12/2021

Fonte: ENIPSSA, 2021

Sexo	Idade	Estado Civil	Nacionalidade (País)	Rendimento
Masculino	Entre 45 e 64 anos	Solteiro(a)	Portugal	RSI
Naturalidade	Escolaridade	Duração na situação		
Portugal - município atual Portugal - outro município	Ensino básico – 2º ou 3º ciclo	Até 1 ano		

Figura 6: Perfil das pessoas em situação de sem-abrigo em condição de sem casa no Continente a 31/12/2021

Fonte: ENIPSSA, 2021

Face aos números registados em 2019, em que foi identificado um total de 7 107 pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal, houve um aumento de 35,1% de pessoas nesta situação comparativamente com os dados de 2021 – o correspondente a mais 2 497 pessoas em situação de sem-abrigo no território continental (Provedoria de Justiça na Salvaguarda dos Direitos Humanos, 2021). Este aumento mostra, de forma evidente, os efeitos nocivos da COVID-19 na pobreza e nas situações de exclusão social em Portugal, multiplicado, de forma preocupante, os números relativos ao fenómeno dos sem-abrigo.

Por outro lado, o afastamento físico a que a pandemia obrigou, teve consequências negativas a nível psicossocial para os indivíduos na situação de sem-abrigo. Estes indivíduos, num número significativo de casos, sofrem de patologias do foro mental – patologias às quais, não raras vezes, estão associados outros problemas de saúde como a

dependência do álcool e de substâncias psicotrópicas (Provedoria de Justiça na Salvaguarda dos Direitos Humanos, 2021).

Várias vezes, os percursos de vida das pessoas sem-abrigo são marcados por episódios e contextos traumáticos. Um estudo de 2014 realizado pelo “Trauma and Homelessness Service Framework” descobriu que 97% dos participantes que tinham experienciado situações de sem-abrigo tinham sido expostos a vários eventos traumáticos, e que a maioria desses eventos tinham ocorrido durante o período em que esses indivíduos se encontravam na condição de sem-abrigo (Cash *et al.*, 2014). Estes problemas psicossociais, comuns, mas latentes na população sem-abrigo, só são passíveis de uma intervenção direcionada se devidamente contextualizados, aumentando o grau de complexidade deste fenómeno e das orientações de atuação perante este grupo de pessoas.

O objetivo central da Estratégia da ENIPSSA para 2017-2023 é garantir que ninguém seja obrigado a permanecer na rua por mais de 24 horas por inexistência de alternativas e soluções. Para que isto seja possível e concretizável, a ENIPSSA enfatiza a necessidade de se reconhecer a dimensão multidimensional do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo e a consequente necessidade de colaboração e coordenação entre diversos sectores e organizações, facilitando uma abordagem abrangente da questão, que priorize os direitos humanos e a dignidade das pessoas que vivem em situação de sem-abrigo (ENIPSSA, 2021).

3.2 Metodologia: a arteterapia e os seus benefícios para pessoas em situação de sem-abrigo

A crise provocada pela COVID-19 tornou ainda mais premente a necessidade de reforçar os apoios prestados à população sem-abrigo em Portugal e de encontrar respostas alternativas às medidas temporárias – e frequentemente insuficientes – adotadas, nomeadamente a nível psicossocial. Uma solução inovadora e interessante para abordar este tipo de questões com a comunidade sem-abrigo pode estar na utilização de técnicas de arteterapia ou terapia expressiva.

A arteterapia é definida pela autora Cathy A. Malchiodi como a utilização generalizada de formas de expressão artística, nomeadamente, dança/movimento, teatro,

poesia e escrita criativa, no contexto de psicoterapia, aconselhamento, reabilitação ou cuidados de saúde (Malchiodi, 2005). É, então, geralmente entendida como a aplicação das artes e do processo criativo integrados numa relação terapêutica para apoiar, manter e melhorar a saúde psicossocial, física, cognitiva e espiritual de indivíduos de todas as idades.

A arteterapia tem sido gradualmente utilizada com pacientes com transtornos mentais e psicológicos, revelando resultados positivos e promissores, principalmente em casos de depressão, ansiedade, comprometimento cognitivo, demências, doença de Alzheimer, esquizofrenia e autismo (Hu *et. al*, 2021), sendo, algumas destas, patologias comumente associadas a pessoas em situação de sem-abrigo. Vários estudos sugerem, ainda, que a arteterapia pode não só servir como um método terapêutico útil para ajudar os pacientes a compartilharem os seus sentimentos e experiências e recuperarem de eventos traumáticos, como pode igualmente facilitar o diagnóstico de certas doenças do foro psíquico, auxiliando os profissionais de saúde a obter informações complementares sobre as doenças de determinados pacientes (Hu *et. al*, 2021).

De acordo com a American Art Therapy Association (AATA) – uma das principais organizações sem fins lucrativos para o avanço da arteterapia e da educação artística nos Estados Unidos da América –, os indivíduos em situação de sem-abrigo podem beneficiar muito do processo criativo e dos resultados finais da arteterapia, nomeadamente para explorar os seus sentimentos, reconciliar conflitos emocionais, promover a autoconsciência, gerir comportamentos, desenvolver competências sociais, auxiliar a sua reinserção na sociedade, reduzir a ansiedade e aumentar a autoestima (Pareja, 2014). A criatividade pode, de igual forma, afetar positivamente a resiliência emocional de pessoas em situação de sem-abrigo, representando uma distração para lidar com circunstâncias dolorosas e a oportunidade de remodelar a realidade, de forma a incitar a mudanças futuras e a traçar objetivos; é, portanto, importante cultivar atividades criativas em pessoas que se encontrem nesta situação (Pareja, 2014).

Cumulativamente, a arteterapia pode também ser útil e importante para aclarar a perceção que a sociedade civil tem relativamente à população sem-abrigo. Expondo – através da arte produzida nas atividades ou sessões – a perspetiva daqueles que realmente lidam com a situação em primeira mão, a arteterapia contribui para a consciencialização do público e para a diminuição dos estigmas frequentemente associados a este fenómeno. Por outro lado, este método artístico de terapia enfatiza o facto de que não é necessário

nenhum talento especial para que uma atividade criativa seja eficaz, capacitadora e impactante, não só para os usuários, como para a comunidade médica e para o público no geral (Pareja, 2014).

3.3 Âmbito

O presente projeto será redigido no âmbito de uma candidatura ao programa “Solidarity Projects”⁴, inserido na iniciativa “Corpo Europeu de Solidariedade” da União Europeia (UE). Este programa tem como objetivo apoiar e atribuir subvenções a projetos solidários, com duração entre dois e doze meses, levados a cabo por grupos de mais de cinco jovens europeus – com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos e que tenham residência num país pertencente à União Europeia, na Islândia, na Turquia ou na Macedónia do Norte – que apresentem propostas com valor social e que representem uma mudança positiva para as suas comunidades locais. Os projetos deverão, ainda, espelhar e demonstrar os valores europeus, dando-se prioridades a iniciativas que abordem temas como a inclusão, as alterações climáticas, a participação democrática, a cidadania e a igualdade de género. O orçamento total do programa do Corpo Europeu de Solidariedade, para o período entre 2021 e 2027, é de 1,009 mil milhões de euros e permitirá que, ao longo destes sete anos, pelo menos 270.000 jovens participem em ações de solidariedade (Comissão Europeia, 2022).

As iniciativas e os programas acima mencionados fazem parte da Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027, sendo esta o quadro para a cooperação da UE em matéria de política de juventude, para o período entre 2019 e 2027, com base na Resolução do Conselho de 26 de novembro de 2018.

A Estratégia da UE para a Juventude visa dar uma resposta comum e coerente, entre Estados-Membros, relativamente aos desafios presentes e futuros que os jovens enfrentam em toda a Europa, com base nos princípios da participação ativa e da igualdade de acesso às oportunidades em articulação com outras políticas orientadas para os jovens, como a educação, a formação e o emprego (Jornal Oficial da União Europeia, 2018). Até

⁴ Informações mais detalhadas sobre este programa podem ser consultadas na página web: https://youth.europa.eu/solidarity/solidarity_projects_en.

2027, a estratégia tem como principais objetivos capacitar os jovens, apoiando o seu crescimento pessoal e autonomia e fornecendo competências essenciais para que consigam enfrentar um mundo em constante evolução; estimular e equipar os jovens com os recursos necessários para se tornarem cidadãos ativos e agentes de solidariedade e mudança positiva, inspirados pelos valores da União Europeia; aprimorar a formulação de políticas públicas, em várias as esferas, incluindo emprego, educação, saúde e inclusão social; e contribuir para a erradicação da pobreza entre os jovens, eliminando todas as formas de discriminação e promovendo a integração social plena da população jovem (Jornal Oficial da União Europeia, 2018).

A Estratégia da UE para a Juventude foi delineada a partir dos onze Objetivos para a Juventude Europeia, cuja definição resultou de um processo participativo entre decisores, jovens e investigadores, que fizeram um levantamento conjunto de tópicos que refletem os pontos de vista, os valores e as preocupações dos jovens europeus (Jornal Oficial da União Europeia, 2018). Desta forma, todas as iniciativas e programas que advêm da Estratégia da UE para a Juventude, tal como o “Solidarity Projects”, devem respeitar e contribuir para alcançar os Objetivos para a Juventude Europeia, sendo eles:

1. “Fomentar o sentimento de pertença ao projeto europeu e criar pontes entre a União Europeia e os jovens para recuperar a confiança e aumentar a participação;
2. Assegurar a igualdade de todos os géneros e as perspetivas de género em todas as áreas da vida dos jovens;
3. Garantir a inclusão de todos os jovens na sociedade;
4. Garantir que os jovens tenham melhor acesso a informação fiável, apoiar a sua capacidade para avaliar a informação de forma crítica e de se envolverem em diálogos construtivos e participativos;
5. Alcançar o bem-estar mental e acabar com a estigmatização dos problemas ligados à saúde mental, promovendo a inclusão social de todos os jovens;
6. Criar as condições que permitam aos jovens desenvolver as suas potencialidades nas áreas rurais;
7. Garantir o acesso ao mercado de trabalho com oportunidades que levem a empregos de qualidade para todos os jovens;
8. Integrar e melhorar as diferentes formas de aprendizagem, preparando os jovens para as mudanças constantes do século XXI;

9. Fortalecer a participação democrática e a autonomia dos jovens e garantir espaços dedicados aos jovens em todos os setores da sociedade;
10. Alcançar uma sociedade na qual todos os jovens estão ativos e formados em questões ambientais e capazes de fazer a diferença no seu dia a dia;
11. Garantir a todos os jovens um acesso equitativo a organizações de juventude e a programas europeus para a juventude, construindo uma sociedade baseada nos valores e na identidade europeus.”

(Jornal Oficial da União Europeia, 2018, pp. 13-18)

A Estratégia da UE para a Juventude deverá, então, contribuir para concretizar esta visão dos jovens, mobilizando, não apenas os instrumentos políticos a nível da UE, como também as ações de todos os intervenientes a nível nacional, regional e local.

3.4 Grupo-alvo e *Stakeholders*

Os grupos de interesse (*stakeholders*) são indivíduos ou instituições que podem afetar ou ser afetados por um projeto ou programa, de forma direta ou indireta, de modo positivo ou negativo, sendo a parte essencial de qualquer projeto. Do conjunto global de *stakeholders*, é parte integrante o grupo-alvo: o grupo que vai ser diretamente atingido de forma positiva pelo projeto e que mais beneficia do projeto no longo prazo, ao nível da sociedade.

No projeto *Celestino* considera-se que o grupo-alvo são os beneficiários do projeto, ou seja, as vinte pessoas em situação de sem-abrigo e exclusão social a quem se destinam as atividades do mesmo. A escolha do número de beneficiários foi decidida entre ambas as entidades implementadoras do projeto, tendo em conta a capacidade de acompanhamento da equipa – entre os quais, dos assistentes sociais e dos psicólogos –, a lotação dos espaços onde as atividades irão decorrer – que irão ser, na sua maioria, nas instalações da *Oriente* – e o orçamento total do projeto. Para assegurar que os participantes têm o apoio e o acompanhamento que necessitam e que se traduza num maior impacto de longo prazo nas suas vidas, decidiu-se que vinte pessoas seria um número realista e adequado para implementar, com qualidade e sucesso, o projeto *Celestino*.

No caso dos *stakeholders*, estes foram divididos em três grupos, desde os mais impactados pelo projeto (primários), às OSC que vão colaborar conjuntamente para implementar o projeto (secundários), até aos financiadores (terciários).

- **Stakeholders primários:**
 - Pessoas em situação de sem-abrigo e exclusão social
- **Stakeholders secundários:**
 - Entidades implementadoras
 - Técnicos de assistência social e psicólogos a acompanhar o projeto
 - Executores do projeto
 - Comunidade local⁵
- **Stakeholders terciários:**
 - Comissão Europeia

3.5 Objetivos, Atividades e Orçamento

a) Objetivos

O projeto *Celestino* tem como objetivo principal o combate à exclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social e económica – especificamente, vinte pessoas em situação de sem-abrigo – na cidade de Lisboa, tendo por base a utilização de técnicas de arteterapia, especificamente através da escrita e partilha de poesia. O programa ora proposto pretende promover a criação de uma iniciativa social, em parceria com a comunidade local, para a inclusão social, intergeracional e cultural de pessoas em situação de exclusão social no concelho de Lisboa, uma das regiões portuguesas onde há um número mais elevado de pessoas em situação de pobreza e de sem-abrigo (Provedoria de Justiça na Salvaguarda dos Direitos Humanos, 2021). Cumulativamente, o projeto visa, ainda, a concretização de quatro objetivos específicos, sendo eles:

- Promover a inserção social e o combate à discriminação de pessoas em situação de sem-abrigo através de práticas artísticas e culturais;

⁵ Por “comunidade local” refere-se a todas as pessoas residentes no concelho de Lisboa que queiram participar de forma voluntária e ativa nas atividades do projeto ao longo dos vários meses da sua implementação.

- Capacitação de pessoas em situação de sem-abrigo e da comunidade local através do desenvolvimento de competências básicas, sociais, emocionais e pessoais;
- Democratizar o acesso à cultura, facilitando a participação de grupos marginalizados e desfavorecidos da sociedade em atividades culturais e incitando a fruição cultural;
- Estimular a dinamização de atividades intergeracionais entre pessoas em situação de exclusão social, jovens e comunidade local, promovendo, desta forma, a integração do público-alvo na comunidade onde está inserida.

b) Atividades

O projeto *Celestino* terá uma duração de doze meses e a sua execução estará organizada e dividida em três fases: preparação, implementação e avaliação e divulgação dos resultados, segundo a calendarização de atividades abaixo proposta:

Atividades	Meses para execução do projeto											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Preparação do projeto												
Sessões de arteterapia iniciais apenas com beneficiários												
Sessões de arteterapia conjuntas com a comunidade local												
Avaliação intermédia e primeiro evento público												
Visita de campo à Casa Fernando Pessoa												
Edição e impressão do livro do projeto												
Apresentação do livro e cerimónia de encerramento												
Avaliação e divulgação dos resultados dos participantes												

Fase de preparação:

Mês 1:

- Estabelecer a equipa e definir as funções de cada elemento no projeto, incluindo assistentes sociais, terapeutas, voluntários da comunidade e coordenador do projeto;
- Realizar sessão de *brainstorming* entre elementos do projeto para identificar potenciais dificuldades e desafios e definir estratégias para o sucesso do mesmo;
- Preparar e realizar a sessão de apresentação do projeto e primeiro contacto entre a equipa e o público-alvo.

Fase de implementação:

Mês 2:

- Preparar e realizar sessões com o público-alvo sobre o que é a arteterapia/terapia expressiva e explicar quais os métodos utilizados e como funcionam as diferentes técnicas de arteterapia;
- Iniciar as sessões de arteterapia e as oficinas de escrita criativa e declamação de poesia com o público-alvo.

Mês 3:

- Continuar sessões de arteterapia e oficinas de escrita criativa com os participantes;
- Distribuir cadernos e canetas aos participantes para os incentivar a escrever os seus próprios textos fora das sessões.

Mês 4:

- Continuar sessões de arteterapia e oficinas de escrita criativa com os participantes, explorando a escrita feita fora das sessões, nos cadernos que foram distribuídos;
- Avaliar o progresso e o impacto do projeto no bem-estar psicossocial dos participantes, pela equipa de assistentes sociais e terapeutas;
- Facilitar sessões colaborativas de arteterapia, reunindo membros da comunidade local e participantes.

Mês 5:

- Implementar programa de mentoria entre membros da comunidade local e público-alvo para fortalecer o senso de comunidade e pertença dos participantes;
- Continuar sessões de arteterapia e oficinas de escrita criativa com os participantes;
- Realizar oficinas e palestras para a comunidade local sobre questões relacionadas com a exclusão social e a comunidade sem-abrigo;

Mês 6:

- Realizar uma avaliação intermédia para medir o sucesso e o impacto do projeto e identificar áreas de melhoria;
- Colaborar com artistas locais para realizar oficinas artísticas especiais para os participantes;
- Organizar um evento aberto ao público de declamação de poesia onde beneficiários e comunidade local possam compartilhar a sua poesia e o trabalho desenvolvido.

Mês 7:

- Continuar sessões de arteterapia e oficinas criativas com os participantes e comunidade local;
- Planear e realizar visita de campo com os beneficiários à Casa-Museu Fernando Pessoa;
- Iniciar processo de escolher, rever e editar conteúdo para fazer um livro com os poemas escritos pelo público-alvo ao longo do projeto.

Mês 8:

- Continuar sessões de arteterapia e oficinas criativas com participantes e comunidade local;
- Prosseguir e finalizar processo de edição do livro do projeto.

Mês 9:

- Avaliar o progresso e o impacto do projeto no bem-estar psicossocial dos participantes, pela equipa de assistentes sociais e terapeutas;
- Imprimir primeira edição do livro do projeto;
- Colaborar com bibliotecas, centros culturais e instituições de ensino para promover o projeto e o livro.

Mês 10:

- Organizar uma apresentação pública do livro do projeto, mostrando o talento e as histórias dos participantes
- Organizar cerimónia de encerramento, fazendo um último evento aberto ao público de declamação de poesia;

Fase de avaliação e divulgação dos resultados:

Mês 11:

- Iniciar avaliação e medição de impacto do projeto;
- Executar um plano de sustentabilidade que permita prolongar o impacto de longo prazo do projeto na vida dos participantes;
- Identificar e capacitar potenciais voluntários e sucessores para a continuidade do projeto;
- Executar plano de divulgação do projeto, através das redes sociais, dos *media* e da criação de parcerias para aumentar a consciencialização sobre o impacto do projeto e o potencial de replicação do mesmo em outras comunidades.

Mês 12:

- Reforçar divulgação do projeto, segundo o plano delineado;
- Redigir um relatório final resumindo os resultados, desafios e recomendações do projeto para implementações futuras;

- Assinalar a conclusão do projeto com uma reunião entre membros da equipa, comunidade local e participantes, exibindo o progresso dos participantes desde o início do projeto.

c) Orçamento

Na tabela abaixo, segue o orçamento com indicação das rubricas e dos custos de financiamento relativos ao presente projeto, financiado pela Comissão Europeia:

Rúbrica	Valor
Subvenção mensal atribuída ao projeto	732,00€
Total	8 784,00€
Custos Excepcionais	10 000,00€
Total	18 784,00 €

O orçamento para os “Solidarity Projects” do Corpo Europeu de Solidariedade pressupõe valores fixos mensais para cada país da União Europeia – que, no caso de Portugal, correspondem a 732,00€ por mês – não sendo mutáveis e sujeitos a alteração dependendo das necessidades financeiras de cada projeto individualmente. Este valor será utilizado para cobrir os gastos logísticos do projeto *Celestino*, incluindo dos materiais para as sessões de arteterapia, dos cadernos e canetas que irão ser distribuídos pelos beneficiários e dos gastos associados à visita à Casa Fernando Pessoa, nomeadamente em transportes e ingressos para o museu.

A Comissão Europeia financia, adicionalmente, uma rubrica para eventuais custos excepcionais dos projetos, que devem ser devidamente justificados, e cujo montante máximo atribuído é de 10 000€. Este valor é fundamentado no projeto *Celestino* para custear a edição, impressão e publicação dos livros finais do projeto.

O resto dos custos, nomeadamente com a equipa de profissionais que irão acompanhar o projeto – desde assistentes sociais, psicólogos e coordenadores do projeto – e com os espaços onde se irão realizar as atividades ao longo dos meses, serão assegurados pela

Associação *Oriente*, sendo que os restantes integrantes do projeto irão participar de forma voluntária.

É possível que o valor total financiado pela Comissão Europeia, correspondente a 18 784,00€, não seja suficiente para cobrir todos os gastos associados à implementação do projeto *Celestino*. Por essa razão, no primeiro mês de execução do projeto, na fase de preparação, irá decorrer uma reunião inicial entre todos os *stakeholders* onde, de uma forma colaborativa, se podem discutir adicionais formas alternativas de financiar o projeto. Apesar de existirem outros programas e formas alternativas de financiamento que apresentem orçamentos superiores ao do “Solidarity Corps”, a escolha deste programa recai sobre a facilidade e simplicidade das suas candidaturas e pelo facto de estas abrirem bianualmente, em fevereiro e em outubro. O objetivo deste TFM também é o de dar exemplos práticos de como pessoas leigas na área da inovação social podem pôr em curso ideias de projetos que tenham para melhorar as suas comunidades, daí o “Solidarity Corps” ser uma boa opção de financiamento para projetos pequenos e embrionários.

3.6 Entidades Implementadoras

O projeto *Celestino* irá ser implementado através da parceria entre duas associações sem fins lucrativos, abaixo apresentadas: a Associação Poesia P’ra Todos e a Oriente - Associação de Intervenção para a Mudança.

i. Associação *Poesia P’ra Todos*

Oficializada como associação cultural juvenil em 2023, *Poesia P’ra Todos* começou por ser o nome de um evento informal que, desde 2021, reunia periodicamente um conjunto de amigos e artistas emergentes que partilhavam e declamavam poesia “à desgarrada” em Lisboa.

O que começou por ser um encontro de amigos, rapidamente cresceu e atraiu um número cada vez mais elevado de pessoas, tornando-se num local onde todos podem mostrar as suas escritas, combater os seus medos, experimentar coisas novas e integrar-se no mundo da poesia. Surge, assim, o projeto *Poesia P’ra Todos*, movido pela ambição

de democratizar o acesso à cultura, desmistificar a ideia de que a poesia (e, de uma forma mais abrangente, a cultura) pertence apenas a um grupo restrito de pessoas, e motivar a produção artística e a sua respetiva partilha, dando palco a qualquer pessoa que tenha interesse em explorar o mundo poético e das artes. Mantendo sempre o foco na partilha de poemas, atualmente o projeto estende-se também a mais áreas artísticas com o objetivo de providenciar um espaço onde artistas emergentes possam partilhar o seu trabalho e os seus projetos, sendo este, muitas vezes, o primeiro contacto que têm com o público e com uma plateia. Desta forma, os eventos contam sempre com performances musicais, concertos e exposições.

Outro dos propósitos do projeto *Poesia P'ra Todos* é torná-lo verdadeiramente inclusivo, convidando pessoas que nunca escreveram poesia ou tiveram experiência de palco, a fazê-lo num espaço informal, familiar e num ambiente descontraído. Assim sendo, começaram a organizar-se vários eventos, não só fora de Lisboa e em parceria com outras associações – levando o projeto a mais pontos do país –, como também “fora de portas”, surgindo o formato *Poesia Vadia* onde se realizam serões ao ar livre, de forma a integrar a comunidade local e incentivar à sua participação nas sessões de poesia.

Conscientes dos benefícios que podem advir da poesia ao nível da expressão criativa, da conexão com os outros e como exercício de introspeção e autoconhecimento, os fundadores do projeto decidiram repensá-lo de modo a usar a poesia em prol de quem mais dela precisa, pondo-a ao serviço da comunidade. Assim surgiu, em 2023, a *Associação Poesia P'ra Todos*. Deste modo, apesar de os eventos poéticos continuarem com o mesmo formato e a mesma regularidade, a *Associação Poesia P'ra Todos* tem agora um cariz social, usando a poesia como forma de terapia e inclusão.

ii. Orientar - Associação de Intervenção para a Mudança

A *Orientar - Associação de Intervenção para a Mudança* é uma associação de solidariedade social sem fins lucrativos com o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública que surge, em outubro de 2011, para dar continuidade ao trabalho que a CIC-Portugal (Associação para a Cooperação Intercâmbio e Cultura) desenvolvia desde 1999.

Movida pela ambição de contribuir para a criação de uma sociedade mais justa, ética e inclusiva, a *Orientar* tem como principal objetivo a promoção da inclusão plena e da

autonomia de pessoas em situação de vulnerabilidade. Desde o auxílio na (re)inserção profissional até à disponibilização de alojamento com condições dignas de habitabilidade, a *Orientar* atua ao nível da reintegração de indivíduos em situação de exclusão social – nomeadamente em situação de sem-abrigo – através dos seus diversos programas: o Projeto Orientar, as Residências Orientar e o GEF-Gabinete de Emprego e Formação.

O projeto da Orientar propõe uma abordagem não assistencialista assente, em termos estruturais e metodológicos, na criação de condições que apoiem a inserção social, profissional e/ou formativa dos seus utentes, adotando uma estratégia de promoção de competências em áreas distintas, permitindo explorar o potencial de cada pessoa, com vista à sua autonomia. Desta forma, para além de acompanhamento psicológico e social constante, os utentes podem usufruir de várias formações, de sessões de mentoria e orientação profissional e de oficinas artísticas (tais como olaria, oficina de construção com pasta de papel, entre outros), onde os utentes são livres para explorar a sua criatividade como forma de terapia. Toda a intervenção é desenvolvida através de atividades que decorrem diariamente e de um trabalho de acompanhamento individual constante, levado a cabo através da construção de caminhos alternativos e adaptados às capacidades e necessidades de cada pessoa.

Apesar de terem diferentes âmbitos e áreas de atuação, ambas as entidades têm em comum a utilização de arte e de métodos de arteterapia como forma de inclusão na execução das suas atividades. O projeto beneficiará, então, da diversidade das áreas de atuação, dos recursos, e do conhecimento específico das duas organizações. Combinará, por um lado, a vasta experiência de trabalho da *Orientar* com pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social – nomeadamente pessoas em situação de sem-abrigo – e os recursos humanos (entre os quais, técnicos de assistência social e psicólogos) e o *know-how* necessários para acompanhar de forma eficaz e consciente estas pessoas antes, durante e após a realização das atividades. Por outro lado, a *Associação Poesia P'ra Todos* contribuirá com a partilha da sua experiência na execução de atividades de escrita criativa de poesia e de técnicas de declamação como forma de arteterapia e com as parcerias locais que tem estabelecidas e que poderão beneficiar o projeto e fomentar, tanto o seu impacto, como o seu sucesso.

A colaboração destas duas OSC mostra, mais uma vez, a importância deste tipo de estruturas para a consecução de estratégias inovadoras para abordar a pobreza não exclusivamente dependentes das soluções estatais.

3.7 Impacto Social

O impacto da realização do projeto *Celestino* sentir-se-á, a nível local, primordialmente em dois grupos de pessoas: no grupo-alvo, ou seja, nas vinte pessoas em situação de sem-abrigo a quem o projeto se destina; e na comunidade local, que terá uma participação ativa no decurso do projeto e será um elemento-chave para o seu sucesso.

Relativamente às pessoas em situação de sem-abrigo, o projeto terá um grande impacto principalmente ao nível psicossocial e das competências sociais dos indivíduos. Espera-se que a participação nas atividades artísticas de arteterapia traga uma visível melhoria na saúde mental dos participantes, permitindo-lhes explorar os seus sentimentos, reconciliar conflitos emocionais e traumas, promover a sua autoconsciência e resiliência emocional, gerir comportamentos e reduzir a ansiedade. A arteterapia pode, de igual forma, capacitar os participantes, permitindo-lhes descobrir novas habilidades artísticas, contribuindo para um sentimento de realização pessoal que pode ter um impacto positivo a nível da sua autoconfiança e autoimagem, dando-lhes uma nova perspetiva sobre as suas capacidades. Por fim, a participação ativa da comunidade local, ao longo do projeto, nas atividades desenvolvidas, possibilitará uma interação contínua entre estas pessoas e os beneficiários, permitindo-lhes, a estes últimos, desenvolver habilidades de comunicação, cooperação e resolução de conflitos. Espera-se um desenvolvimento das habilidades sociais das pessoas em situação de sem-abrigo, fomentando o seu sentimento de pertença à comunidade onde estão inseridas e combatendo, desta forma, a exclusão social de um dos grupos mais marginalizados da sociedade. Igualmente se espera que esta interação dos beneficiários com os membros da comunidade, ao fortalecer a sua autoconfiança os ajude a encontrar mecanismos que lhes permitam ultrapassar a situação de sem-abrigo.

No que concerne a comunidade local, é esperado que o projeto *Celestino* tenha, de igual forma, um impacto bastante positivo, nomeadamente na redução do estigma social que muitas vezes existe em relação à comunidade sem-abrigo. Ao fornecer um espaço para a interação contínua entre estes dois grupos – beneficiários e comunidade local – em atividades conjuntas onde haverá uma partilha de experiências e de vivências, o projeto permitirá promover uma maior compreensão, conhecimento e empatia em relação às pessoas em situação de sem-abrigo, desafiando vários estereótipos e estigmas associados a este grupo de pessoas. Por outro lado, a realização do projeto permitirá a construção e o fortalecimento de relações comunitárias, contribuindo para uma maior coesão social e

uma melhor integração comunitária das pessoas em situação de sem-abrigo. Espera-se, igualmente, que o projeto *Celestino* promova uma consciencialização da comunidade local para as questões relacionadas com o tema dos sem-abrigo, dando-lhes as ferramentas e as competências necessárias para se tornarem agentes ativos contra o preconceito e a estigmatização destas pessoas. Por fim, a realização do projeto resultará num empoderamento cívico, encorajando os membros da comunidade local a estarem mais envolvidos – e de uma forma mais ativa – em questões sociais, políticas e comunitárias, tornando-se agentes para a mudança positiva.

Por outro lado, o projeto terá um impacto significativo na democratização do acesso à cultura e às artes – particularmente à literatura – tanto para os beneficiários, como para a comunidade local. António Candido, no seu artigo clássico “O Direito à Literatura” de 1988, sustenta que:

“A literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. (...) A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da Literatura é mutilar a nossa humanidade. (...) Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.”

(Candido, 1988, pp. 175 -193)

O impacto do projeto *Celestino* irá, no entanto, abranger mais pessoas do que as nele diretamente envolvidas. A publicação do livro do projeto, contendo os poemas e o trabalho feito pelos beneficiários e pela comunidade local, permitirá que mais pessoas possam conhecer o projeto e o seu impacto, bem como aprofundar os seus conhecimentos não só sobre as pessoas em situação de sem-abrigo, mas também sobre os benefícios da arteterapia e sobre o conceito de inovação social, dando-lhes ímpeto para porem também em prática as suas ideias e se tornarem embaixadores de valores sociais positivos.

A importância e o impacto do projeto *Celestino* traduzem-se, ainda, no seu papel como promotor dos ODS e dos Objetivos para a Juventude Europeia. Abordar a questão

da população sem-abrigo, nomeadamente através de políticas de proteção social para todos, contribui para alcançar vários ODS que fundam a Agenda 2030, em particular os seguintes:

- Objetivo 1 – Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 10 – Reduzir as desigualdades sociais;
- Objetivo 11 – Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
- Objetivo 17 – Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

Por outro lado, o projeto vai ao encontro de vários Objetivos para a Juventude Europeia, entre os quais os objetivos:

- Garantir a inclusão de todos os jovens na sociedade;
- Alcançar o bem-estar mental e acabar com a estigmatização dos problemas ligados à saúde mental, promovendo a inclusão social de todos os jovens;
- Fortalecer a participação democrática e a autonomia dos jovens e garantir espaços dedicados aos jovens em todos os setores da sociedade;
- Garantir a todos os jovens um acesso equitativo a organizações de juventude e a programas europeus, construindo uma sociedade baseada nos valores e na identidade europeus.

Por fim, ao avaliar o impacto de um projeto de inovação social é fundamental utilizar uma combinação de métricas qualitativas e quantitativas, destacando-se quatro delas, no caso do projeto *Celestino*:

1. Aumento do sentimento de pertença na comunidade:

- a. Métrica: Avaliações pré e pós-participação que estimam o sentimento de pertença comunitária dos participantes (beneficiários e comunidade local);

- b. Abordagem de medição: Utilização de perguntas em escala *Likert* para avaliar os sentimentos de isolamento e pertença dos participantes antes e depois de se envolverem nas sessões de escrita e leitura de poesia. Entrevistas qualitativas ou discussões em *focus groups* podem fornecer informações adicionais sobre as experiências dos participantes.

2. Melhorias a nível psicossocial nos participantes:

- a. Métrica: Avaliações de saúde mental pré e pós-participação pela equipa de psicólogos e assistentes sociais.
- b. Abordagem de medição: Administração de avaliações padronizadas de saúde mental (por exemplo PHQ-9 para depressão, GAD-7 para ansiedade) antes e depois das sessões de arteterapia, analisando as mudanças nas pontuações para avaliar o impacto no bem-estar mental dos participantes. Além disso, as entrevistas qualitativas podem, ainda, captar experiências subjetivas relacionadas com o bem-estar emocional dos beneficiários.

3. Desenvolvimento de habilidades e capacitação dos participantes:

- a. Métrica: Número de entradas e obras criadas pelos participantes e autoavaliação de competências.
- b. Abordagem de medição: Acompanhamento do desenvolvimento dos portfólios de poesia dos participantes ao longo do projeto, avaliando a complexidade, criatividade e expressão emocional do seu trabalho. Realização de sessões de autoavaliação para captar as perceções dos participantes sobre o desenvolvimento das suas próprias habilidades devido à participação no projeto.

4. Integração Social e Envolvimento Comunitário:

- a. Métrica: Taxa de participação nos eventos comunitários e atividades sociais.

- b. Abordagem de Medição: Monitorização da participação nos eventos comunitários, leituras de poesia ou atividades sociais organizadas como parte do projeto. Os dados qualitativos provenientes de entrevistas ou observações podem complementar as conclusões quantitativas.

É crucial adaptar estas métricas às metas e objetivos específicos do projeto, considerando a natureza única do uso da arteterapia, particularmente da poesia, para abordar a exclusão social entre a comunidade sem-abrigo. A combinação de dados quantitativos com *insights* qualitativos proporcionará uma compreensão abrangente do impacto do projeto na vida dos participantes e na comunidade em geral.

4 CONCLUSÃO

O artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos declara que todos os indivíduos têm direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusivamente alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis; no entanto, esta está longe de ser a realidade vivida por todos os cidadãos atualmente. Partindo desta constatação e dos desafios que ela coloca, as questões centrais que motivaram a realização desta investigação estruturam-se em dois eixos fundamentais: refletir sobre o conceito de pobreza nas sociedades contemporâneas e explorar soluções heterodoxas para fazer face aos problemas associados a este fenómeno, dando um exemplo de um projeto que pudesse ilustrar essas soluções inovadoras. Estas questões conduziram o desenvolvimento do presente trabalho, manifestando-se na organização e na estrutura do mesmo.

Ao longo do trabalho de projeto, reiterou-se que a pobreza é um fenómeno complexo e multidimensional que afeta milhões de pessoas em todo o mundo – quer em países em desenvolvimento, como em países desenvolvidos – e que tem graves repercussões em várias dimensões da vida dos indivíduos, impedindo-os de ter uma existência digna. O flagelo da pobreza continua a representar um desafio global persistente que exige soluções multifacetadas, enraizadas na criatividade, na adaptabilidade e numa ação conjunta de vários atores da sociedade.

Através de vários exemplos de novas soluções que têm surgido para mitigar a pobreza, testemunhou-se o poder que novas ideias, tecnologias e abordagens podem ter para romper com as normas tradicionais e abordar a este fenómeno de forma alternativa e eficaz. Por sua vez, as organizações da sociedade civil, com a sua dedicação à luta em prol de várias causas sociais, o seu conhecimento local e a sua diversidade de atores e abordagens, constituem a espinha dorsal destes esforços.

Neste trabalho escolheu-se enfatizar o impacto e a importância da inovação social para uma redução sustentável e a longo prazo da pobreza, dando um exemplo concreto, do projeto *Celestino*. O projeto serviu, desta forma, para demonstrar na prática como é que organizações da sociedade civil se podem mobilizar para levar a cabo uma ideia que tenham para colmatar um problema social da sua comunidade. Ressalvando, no entanto, que o exemplo dado é apenas uma proposta de projeto e não uma candidatura formal –

não seguindo, portanto, os moldes para tal –, espera-se que a sua pertinência neste trabalho permita que futuros leitores se possam guiar na produção e execução de eventuais projetos em áreas similares.

Ao incentivar a criatividade, promover a participação colaborativa e repensar os recursos de forma eficiente e sustentável, a inovação social permite resolver problemas sociais capacitando e incitando as próprias comunidades marginalizadas a assumirem uma postura ativa durante todo o processo.

Numa era de cada vez mais incertezas e mudanças disruptivas, é crucial que a sociedade global esteja preparada para enfrentar eventuais choques e emergências já existentes e prováveis de ocorrer no futuro, incluindo novas pandemias, a crise climática, a perda de biodiversidade, desafios geopolíticos, comerciais e de governação, entre outros. A natureza interdimensional da inovação social faz com que esta seja considerada uma importante ferramenta de resiliência, capaz de fazer face a estes choques.

As organizações da sociedade civil, por sua vez, desempenham um papel indispensável na mobilização de recursos e pessoas em prol da mudança social positiva. É conhecida a importância de uma ação conjunta entre todos os intervenientes da sociedade para se mitigar o fenómeno da pobreza, uma vez que este não é um problema exclusivo das pessoas que vivem nesta condição. Pelo contrário, a pobreza contamina várias esferas da sociedade, desde o desenvolvimento económico, à coesão social e aos valores democráticos, sendo, portanto, um problema de “todos”, como refere Carlos Farinha Rodrigues numa entrevista à rádio Renascença a 23/10/2022⁶. Desta forma, as OSC são importantes aliadas no combate à pobreza e a sua ação é indispensável.

Por outro lado, a atuação conjunta das OSC com o poder político pode ser muito benéfica para a área do desenvolvimento, ao permitir que os governos ganhem escala na realização das suas operações e vejam reforçado o seu papel como agentes de proteção e defesa dos direitos humanos. Isto é particularmente relevante, numa época em que se verifica uma tendência global preocupante de supressão e repressão, por parte de alguns Estados, da voz da sociedade civil e da sua capacidade de responsabilizar aqueles que estão no poder, tornando-se o papel das OSC cada vez mais essencial (Plataforma

⁶ Sobre este assunto, ver também <https://agencia.ecclesia.pt/portal/portugal-so-conseguimos-resolver-o-problema-da-pobreza-se-ele-se-tornar-um-fator-mobilizador-do-conjunto-da-sociedade-carlos-farinha-rodrigues/>

Portuguesa das ONGD, 2020). Ainda relativamente ao poder político, é importante ressaltar que as medidas e práticas governamentais afetam a forma como as OSC conduzem o seu trabalho. É, portanto, incumbência dos governos a promoção de um ambiente favorável e o estabelecimento de políticas e normas que estimulem as capacidades das OSC nas suas ações para o desenvolvimento (Cruz, 2016).

Além do seu papel a nível local e nacional, é importante sublinhar o papel desempenhado pelas OSC a nível europeu, através de redes e projetos, como o projeto *Celestino*. Estes projetos unem organizações de várias nações, coordenando esforços para concretizar os ODS, e desempenhando um papel crucial na defesa de políticas que aprimorem a eficácia da implementação da Agenda 2030. No conjunto, essas redes europeias fortalecem a capacidade das organizações e das redes nacionais, facilitando a troca de conhecimento e de experiências e amplificando o impacto de suas ações (Cruz, 2016).

Podemos, pois, concluir que a inovação social e as OSC funcionam como faróis de esperança na luta contra a pobreza, demonstrando que a ação coletiva e o pensamento criativo podem superar até as questões sociais mais arraigadas. Ao promover um ambiente onde ideias inovadoras florescem, onde as comunidades são capacitadas e onde os mais vulneráveis são protegidos, estamos um passo mais perto de concretizar um mundo onde a pobreza será apenas uma memória distante e onde cada indivíduo tenha a oportunidade de prosperar, “sem deixar ninguém para trás” – o grande desígnio da Agenda 2030.

Referências bibliográficas

- Alves, N. (2022). “A multidimensional poverty indicator for Portugal”. *Revista de Estudos Económicos*, Vol. VIII, No. 4.:27-54. Disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/reev8n4_p.pdf.
- Candido, A. (1988). “O direito à literatura”. Em *O direito à literatura* pp.12-35. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- Cash, R., O'Donnell, M., Varker, T., Armstrong, R., Di Censo, L., Zanatta, P., Murnane, A., Brophy, L., & Phelps, A. (2014). “The Trauma and Homelessness Service Framework”. Australian Centre for Posttraumatic Mental Health em colaboração com Sacred Heart Mission, Mind Australia, Inner South Community Health and VincentCare Victoria. Disponível em <https://www.starhealth.org.au/wp-content/uploads/2017/05/Trauma-and-Homelessness-Service-Framework.pdf>.
- Chaney, P. (2020). “An institutionally Ableist State? Exploring civil society perspectives on the implementation of the convention on the rights of persons with disabilities in India”. *Journal of Civil Society*: 372-392. Disponível em <https://doi.org/10.1080/17448689.2020.1852824>.
- Comissão Europeia (18 de dezembro de 2018). *Jornal Oficial da União Europeia*, 61º Edição. Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2022). “European Solidarity Corps: Over €142 million to give a helping hand through volunteering to those most in need”. European Commission - Press release. Disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_7100.
- Cruz, P. (2016). “Políticas Públicas: Qual o papel da Sociedade Civil?”. *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, Vol.10: 5. Disponível em https://issuu.com/plataformaongd/docs/revista_plataforma_ongd_sociedadeci.
- Dahie, A. (2019). “Role Of Nongovernmental Organizations On Poverty Reduction: Empirical Study From Local NGOs In Mogadishu-Somalia”. *European Journal of Research in Social Sciences*, Vol. 7 No. 1.: 43-55. Disponível em <https://www.idpublications.org/wp-content/uploads/2019/01/Full-Paper-ROLE-OF->

NONGOVERNMENTAL-ORGANIZATIONS-ON-POVERTY-REDUCTION-EMPIRICAL-STUDY.pdf.

- Davis, P., & Sanchez-Martinez, M. (2014). “A review of the economic theories of poverty”. National Institute of Economic and Social Research, Discussion Paper n.435. Disponível em https://www.niesr.ac.uk/wp-content/uploads/2021/10/dp435_0.pdf.
- Diogo, F. (coord.) (2020). “A pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos”. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Félix, Elisabete Gomes Santana & Belo, Teresa Freitas (2019). "The impact of microcredit on poverty reduction in eleven developing countries in south-east Asia," *Journal of Multinational Financial Management*, Elsevier, vol. 52. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.mulfin.2019.07.003>
- Fowler, A. (2016). “Change actors and civic innovators: Who triggers change? Systematizing the role of interlocutors in civic innovation processes”. Routledge. Disponível em <https://doi.org/10.4324/9781315676913-3>.
- Golle, J. (2007). “The contribution of NGOs to the fight against poverty and social exclusion in Europe”. Council of Europe.
- Green, D. (2016). “How Change Happens”. Oxford; ed. online, Oxford Academic, 20/10/2016 Disponível em <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198785392.001.0001>.
- Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da ENIPSSA (2022). “Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - 31 de dezembro 2021”. Lisboa: ENIPSSA.
- Guedes, J. (2012). O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social e promotor do empowerment em Cabo Verde: O caso do CITI-Habitat. ISCTE-IUL, Dissertação de Mestrado.
- Hu, J., Zhang, J., Hu, L., Yu, H., Xu, J. (2021). “Art Therapy: A Complementary Treatment for Mental Disorders”. *Frontiers in Psychology*, vol. 12. Disponível em <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.686005>.
- Malchiodi, C. A. (2005). “Art therapy”. Em *Expressive therapies* pp. 16–45 (ed. por Cathy A. Malchiodi). Guilford Press.

- Marx, K. (1847). “The Poverty of Philosophy”. Progress Publishers.
- Millard, J., & Fucci, V. (2023). “The role of social innovation in tackling global poverty and vulnerability”. *Frontiers in Sociology (Sec. Migration and Society)*, vol. 8. Disponível em <https://doi.org/10.3389/fsoc.2023.966918>.
- Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., Sanders, B. (2007). “Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated”. The Young Foundation. Londres: The Basingstoke Press.
- . Neves, C., & Merrill, R. (2023). “O Valor Económico de um Rendimento Básico Incondicional: Custos e Benefícios”. Centro de Ética, Política e Sociedade da Universidade do Minho.
- OCDE (2011). “How DAC Members work with CSOs: An overview”. OCDE. Disponível em <https://www.oecd.org/dac/peer-reviews/48784967.pdf>.
- OCDE (2019). “The High Level Fora on Aid Effectiveness: A history”. OCDE. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/thehighlevelforaonaideffectivenessahistory.htm>.
- OCDE (2022). “Aid for Civil Society Organisations: Statistics based on DAC Members’ reporting to the Creditor Reporting System database (CRS), 2019-2020.”. OCDE.
- Oliveira, A. F., & Proença, F. (2011). “Qualidade da Cooperação e do Desenvolvimento: Um desafio também às Organizações da Sociedade Civil”. Em *A Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento* pp. 65-84. Plataforma Portuguesa das ONGD. Disponível em https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/eficacia_da_ajuda.pdf.
- Plataforma Portuguesa das ONGD (2016). Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD, (Número 10).
- Plataforma Portuguesa das ONGD (2020). Portugal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
- Portales, L. (2019). “Social Innovation: Origins, Definitions, and Main Elements”. Em *Social Innovation and Social Entrepreneurship* pp. 1-14. Palgrave Macmillan, Cham. Disponível em https://doi.org/10.1007/978-3-030-13456-3_1.

- Provedoria de Justiça na Salvaguarda dos Direitos Humanos (2021). “Os sem-abrigo em tempos de emergência”. Lisboa: Provedor de Justiça.
- Resolução do Conselho de Ministros nº107/2017, de 25 de julho
- Ribeiro, N. (2011). “Contextualização da Agenda Internacional de Eficácia da Ajuda”. Em *A Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento* pp. 3- 20. Plataforma Portuguesa das ONGD. Disponível em https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/eficacia_da_ajuda.pdf.
- Rodrigues, C. F. (coord), Figueiras, R., Junqueira, V. (2016). “Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento”. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em <https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-08/desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal.pdf>.
- Rodrigues, C. F. (23/10/2022). Entrevistado por Henrique Cunha e Octávio Carmo. Rádio Renascença em colaboração com Ecclesia. Disponível em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/portugal-so-conseguimos-resolver-o-problema-da-pobreza-se-ele-se-tornar-um-fator-mobilizador-do-conjunto-da-sociedade-carlos-farinha-rodrigues/>.
- Rowlands, J. (1995). Empowerment Examined. *Development in Practice*, 5(2), 101–107. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/4028929>.
- Sánchez-Páramo, C., Hilldaniel, R., Mahler, D., Narayan, A., Yonzan, N. (2021). “COVID-19 leaves a legacy of rising poverty and widening inequality”. World Bank Blogs. Disponível em <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/covid-19-leaves-legacy-rising-poverty-and-widening-inequality>.
- Sen, A. (1983). “Poor, relatively speaking”. *Oxford Economic Papers*, 35, pp. 153-169. Oxford University Press.
- Silva, J., Bernard A., Espiga F., Gaspar M., (2020). “The Impact of Covid-19 on Poverty and Inequality in Portugal and the Cushioning Effect of Policies”. Fundação "la Caixa". Disponível em <https://observatoriosocial.fundacaolacaixa.pt/en/-/the-impact-of-covid-19-on-poverty-and-inequality-in-portugal-and-the-cushioning-effect-of-policies>.

- United Nations Development Programme [UNDP] (2013). “Working with Civil Society in Foreign Aid – Possibilities for South-South Cooperation?”. Pequim: United Nations Development Programme. Disponível em

https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/2013_UNDP-CH-Working-With-Civil-Society-in-Foreign-Aid_EN.pdf.

- United Nations Development Programme [UNDP] & Oxford Poverty and Human Development Initiative (2023). “Global Multidimensional Poverty Index 2023 - Unstacking global poverty: Data for high impact action.”. Disponível em

<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/2023mpireportenpdf.pdf>.